

HABEAS CORPUS Nº 638.594 - PR (2021/0001350-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : MAURO SERGIO MARTINS DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADOS : MAURO SERGIO MARTINS DOS SANTOS - PR054394
REBECA CRISTINA SILVA PINTO - PR095232
KIARA GUIMARÃES HUMMIG - PR088437
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ERIKA TCHOPKO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ERIKA TCHOPKO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

Consta dos autos que a paciente foi presa em flagrante em 03/01/2021, pela prática, em tese, do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, art. 330 do Código Penal e no art. 306 da Lei n. 9.503/97. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Os impetrantes sustentam a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da decisão monocrática que indeferiu pedido liminar formulado em *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal local, visando a soltura da paciente.

Requerem a concessão da ordem, liminarmente, para que a paciente seja colocada em liberdade, alegando para tanto a existência de circunstâncias pessoais favoráveis à acusada e a ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar.

Subsidiariamente, requer a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares alternativas ao cárcere, nos termos do art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente